

## **DIRETRIZES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: A CONTRIBUIÇÃO DA REDE DE GESTORES**

A Rede é uma articulação de gestores e gestoras de políticas de economia solidária de Prefeituras e Governos Estaduais.

A Rede existe para proporcionar intercâmbio, interlocução, interação, sistematização, proposição de políticas públicas governamentais e realização de projetos comuns para o fomento e desenvolvimento da economia solidária, buscando qualificar a proposição e ações desenvolvidas a partir dos órgãos de governo para este segmento.

Surgiu por iniciativa de gestores e gestoras de políticas públicas, que passaram a ser demandados pelos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária, ou a enxergar e querer das respostas adequadas a esse novo segmento social que ocupa lugar cada vez mais relevante na geração de trabalho e na promoção de desenvolvimento local.

Tem a missão de ampliar cada vez mais o debate e a proposição de ferramentas adequadas dentro do Estado brasileiro para o fomento ao desenvolvimento da economia solidária, bem como estimular e fortalecer a organização e participação social deste segmento nas decisões sobre as políticas públicas.

A Rede de Gestores participa do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e outros espaços públicos que tratam deste segmento. Busca estimular parcerias das três instâncias de governo com outros órgãos públicos responsáveis por políticas que interessam à economia solidária, como as instituições financeiras e de fomento, as universidades e órgãos de pesquisa. Também constrói parcerias para realizar atividades e projetos comuns da própria Rede, como é o caso da formação de gestores e gestoras.

Embora as políticas públicas para a economia solidária estejam em construção e, portanto, ainda num estágio de intensa práxis para adequar os seus instrumentos às demandas e às expectativas de resultados, a Rede de Gestores, nas várias atividades que realizou nos últimos anos pode avançar na sistematização de propostas para a implantação de políticas públicas de economia solidária. Estas propostas têm por base os êxitos e os equívocos já experimentados pelas várias experiências de políticas em curso, como também a projeção de caminhos a partir da plataforma que vem sendo apresentada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária e Conselho Nacional de Economia Solidária, e respectivas instâncias estaduais e municipais. As principais diretrizes destas propostas são enumeradas a seguir.

### **Concepção da Política Pública**

A economia popular solidária no Brasil é uma estratégia surgida no âmago de resistências e lutas sociais contra o desemprego e a pobreza, composta por atividades socioeconômicas cujo primado é o do trabalho sobre o capital, de

Secretaria Executiva

Av. Luis Viana Filho, 2ª Avenida, 200 - 1º andar/ SL COFD/ 41745-003 Salvador/BA

Tel: (71) 9 8264-0780 / (71) 9 8349-0341 - e-mail: rede\_gestores@yahoo.com.br

caráter cooperativo/associativo e autogestionário, que produzem trabalho e riqueza e que têm potencial para promover a inclusão cidadã e o desenvolvimento econômico, social e cultural com maior sustentabilidade, equidade e democratização.

O Estado brasileiro foi arquitetado para promover o desenvolvimento capitalista e seus principais instrumentos e mecanismos – para diagnosticar, planejar, executar e avaliar políticas – não contempla adequadamente outras estratégias econômicas que não funcionem nesta mesma lógica. A economia dos setores populares, em particular a economia solidária, na maioria das vezes acaba não sendo reconhecida ou sendo tratada como residual subordinada ou, quando muito, com méritos compensatórios aos impactos das crises do capitalismo. Desta forma, é ainda uma economia que tem se difundido basicamente com estratégias próprias ou com apoio de políticas públicas transitórias (dado à transitoriedade dos governos que as assumem), ou residuais ou inadequadas, o que lhes dá poucas oportunidades de romper os círculos de reprodução da pobreza ou de precária sobrevivência.

O estabelecimento de políticas públicas de fomento à economia solidária, instituídas como direitos perenes, torna-se parte da construção de um Estado Republicano e Democrático, pois precisa reconhecer a existência destes novos sujeitos sociais, novos direitos de cidadania e de novas formas de produção, reprodução e distribuição social, além de propiciar o acesso aos bens e recursos públicos para seu desenvolvimento, tal qual permite os outros segmentos sociais. O papel do Estado frente à economia solidária é o de dar-lhe propulsão e suporte por meio de políticas públicas que disponham de instrumentos e mecanismos adequados para o reconhecimento e o fomento deste segmento.

A Rede de Gestores entende que o fomento à economia popular solidária é uma política de desenvolvimento, portanto, não deve ser relegada às políticas de corte assistencial ou compensatório, antes tem potencial também para ser uma estratégia emancipatória para beneficiários destas. Por ser política de desenvolvimento e por voltar-se para um público que historicamente tem ficado excluído ou que vem progressivamente ampliando os graus de pobreza e exclusão social, esta política demanda não só ações setoriais específicas, mas também ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas de governo e de Estado (educação, saúde, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde e tecnologia, crédito e financiamento, entre outras) para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e da sustentabilidade.

É também fundamental, que as políticas de fomento à economia popular solidária percebam a diversidade dos sujeitos desta economia e a diversidade de suas demandas. Desta forma, é necessário estruturar políticas que permita um acesso múltiplo e escalonado aos seus instrumentos e mecanismos, atingindo patamares cada vez mais sustentáveis de desenvolvimento e pertencimento social. São necessárias políticas que promovam a redistribuição de renda, bens e recursos, que permitam acesso aos direitos sociais e que promovam o desenvolvimento socioeconômico deste segmento.

Secretaria Executiva

Av. Luis Viana Filho, 2ª Avenida, 200 - 1º andar/ SL COFD/ 41745-003 Salvador/BA  
Tel: (71) 9 8264-0780 / (71) 9 8349-0341 - e-mail: rede\_gestores@yahoo.com.br

A Rede de Gestores entende também como essencial que as políticas de fomento à economia popular solidária devem reconhecer e fortalecer a organização social dos trabalhadores e a constituição do sujeito político deste segmento, elementos fundamentais para a institucionalização dos direitos e para o fortalecimento das esferas públicas democráticas no país. Nessa direção, o controle social das políticas públicas é questão de princípio e deve ser processual e permanente.

### **Objetivos da Política Pública**

Uma política pública de fomento à economia popular solidária, na perspectiva da Rede de Gestores, deve perseguir pelo menos os seguintes objetivos:

- Contribuir para a concretização dos preceitos constitucionais que garantem aos cidadãos e cidadãs o direito a uma vida digna;
- Contribuir para a erradicação da pobreza, para a inclusão social e para a equidade de gênero e etnia;
- Contribuir para a promoção a ampliação das oportunidades e a melhoria das condições de trabalho e renda;
- Reconhecer e fomentar as diferentes formas organizativas da economia popular solidária;
- Contribuir para a promoção do desenvolvimento e da sustentabilidade socioeconômica e ambiental;
- Contribuir para dar visibilidade e ampliar a legitimidade da economia popular solidária;
- Contribuir para a construção e implementação de Planos de Economia Solidária nas três esferas de Governo;
- Contribuir para o processo de cadastro e registro dos empreendimentos de economia solidária no Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários - CADSOL;
- Criar mecanismos legais que viabilizem o acesso dos sujeitos da economia popular solidária aos instrumentos de fomento;
- Promover a integração e a inter-setorialidade das várias políticas públicas que possam fomentar a economia popular solidária nos e entre os entes federados do Estado;
- Fortalecer e estimular a organização e participação social e política dos trabalhadores da economia popular solidária.

### **Instrumentos da Política Pública**

A economia popular solidária demanda instrumentos apropriados nos seguintes eixos:



- Formação social e política, educação básica e capacitação ocupacional/profissional;
- Assessoria e assistência técnica para a constituição, incubação e consolidação de empreendimentos populares solidários, bem como para a articulação de redes e cadeias produtivas solidárias e para estratégias de desenvolvimento local e territorial;
- Desenvolvimento de tecnologias aplicadas e democratização do acesso;
- Fundos públicos destinados ao financiamento da política;
- Linhas de crédito e financiamento adequadas;
- Investimento social no fortalecimento e articulação do tecido social e dos territórios, inclusive infra-estrutura e logística;
- Constituição e organização da demanda (compras públicas, comércio justo e solidário e mercado) e da oferta (logística e infra-estrutura) dos bens, produtos e serviços do setor;
- Marco legal e regulatório adequado ao setor;
- Plano Nacional, Estaduais e Municipais de Economia Solidária;
- Estratégia de comunicação e cultura que estimulem os princípios da economia solidária.

Todos estes eixos já têm propostas elaboradas no âmbito do Fórum Brasileiro de Economia Popular Solidária e da própria Rede de Gestores, sistematizados em publicações variadas. Há também uma infinidade de instrumentos já criados por várias administrações públicas que servem de referência. Por esta razão, aqui apenas mencionamos os eixos e afirmamos a necessidade de que eles estejam articulados sempre às estratégias de desenvolvimento e que sejam adequados às demandas e contribuam para a construção do Estado Republicano e Democrático.

### **Sujeitos da Política Pública**

São aqueles cidadãos e cidadãs que estejam organizados ou queiram se organizar nas formas da economia popular solidária, possuindo as seguintes características<sup>1</sup>:

a) São organizações coletivas (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção ou comercialização, clubes de trocas etc.), supra-familiares, cujos sócios (as) são trabalhadores (as) urbanos (as) e rurais. Os que trabalham no empreendimento são, na sua quase totalidade, proprietários(as) ou co-proprietários(as), exercendo a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados;

---

<sup>1</sup> Estas são as características utilizadas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil para realizar o mapeamento dos empreendimentos de economia solidária.

b) São organizações permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir empreendimentos em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica;

c) São organizações que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo à existência real ou a vida regular da organização;

d) São organizações que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (incluindo as cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares administrados pelos próprios sócios (as) trabalhadores (as)), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a “razão de ser” da organização.

e) São organizações econômicas singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares.

Terão prioridade os que vivem em situação de maior vulnerabilidade social, particularmente aqueles beneficiados por programas de transferência de renda e de geração de trabalho e renda.

É fundamental reconhecer a diversidade de sujeitos deste setor e adequar a cada um as formas de acesso e itinerário dentro da política.

### **Lugar institucional da Política Pública**

Criar novas políticas públicas no âmbito do Estado coloca de imediato a questão de onde ela deve estar alocada. Dado o caráter e aos objetivos postos para uma política de fomento à economia popular solidária, o lugar ideal e estratégico é aquele responsável por promover e fomentar as políticas de desenvolvimento e que tem capacidade de articular ações integradas e intersetoriais.

No entanto, o Estado é um espaço social em disputa e a economia popular solidária é um novo elemento que entra nesta disputa. Sendo assim, o espaço institucional da política de fomento à economia solidária é uma construção e devem-se levar em conta as realidades distintas de cada Município, Estado e União. Nesta construção, é importante que se busque sempre o lugar que melhor permite avançar na concretização dos objetivos da política e na criação de uma identidade e da visibilidade deste setor.

Secretaria Executiva

Av. Luis Viana Filho, 2ª Avenida, 200 - 1º andar/ SL COFD/ 41745-003 Salvador/BA

Tel: (71) 9 8264-0780 / (71) 9 8349-0341 - e-mail: rede\_gestores@yahoo.com.br

## **Relacionamento e Papéis dos Entes Federados**

Os entes federados, por meio dos seus órgãos competentes, têm o papel de identificar, elaborar e fomentar políticas públicas de desenvolvimento de Economia Solidária, considerando a inter-setorialidade e articulação das instâncias de governo e primando pela participação e controle social.

Na construção e implementação de uma política pública de qualquer natureza, e em particular de economia solidária, deve-se buscar uma ação integrada, complementar e descentralizada (de recursos e ações) entre os Entes da Federação, evitando sobreposição de iniciativas e fragmentação de recursos.

Integrar e complementar as ações a partir da visão de que os recursos públicos provêm de uma única fonte – os cidadãos e cidadãs – permite potencializar o uso e os impactos; aglutinar as forças sociais em torno de políticas públicas abrangentes e que se fixam cada vez mais como políticas de Estado, como direitos; romper com políticas de balcão e podem ser fatores de estímulo à criação de esferas públicas onde se discute de forma transparente a destinação dos recursos entre todos os sujeitos políticos que representam os diferentes interesses coletivos presentes na sociedade.

Da mesma forma e pelas mesmas razões, é necessário buscar a integração e complementaridade das ações de cada Ente da Federação no seu próprio âmbito.

## **Participação e Controle Social**

Tendo por princípio a construção do Estado Republicano e Democrático, a participação e o controle social são elementos constitutivos fundamentais das políticas públicas.

A participação e o controle social dos sujeitos sociais e políticos devem ser na formulação, desenvolvimento, no monitoramento da execução e avaliação das políticas, visando o aperfeiçoamento constante e a legitimação social das políticas.

O objetivo da participação e do controle social é a construção de esferas públicas de poder, onde os diferentes atores sociais possam negociar de forma transparente e em igualdade de condições os seus interesses pensados na relação com a coletividade.

Esta esfera pública pode adquirir diferentes formas: conselhos, fóruns, orçamento participativo, comissões, etc. O principal desafio é não reduzi-las a “clubes fechados” que advogam em causa própria e privatizam o “público” como muitas vezes temos assistido na história recente do país. A esfera pública é o lugar de negociar os conflitos e os interesses diversos e de construir compromissos públicos comuns.

No âmbito das políticas públicas de economia solidária, há um processo intenso e tenso em curso na perspectiva da construção desta esfera pública. Dado ao surgimento recente da economia popular solidária na agenda pública do país, embora sejam muitos os atores sociais empenhados na sua

Secretaria Executiva

Av. Luis Viana Filho, 2ª Avenida, 200 - 1º andar/ SL COFD/ 41745-003 Salvador/BA

Tel: (71) 9 8264-0780 / (71) 9 8349-0341 - e-mail: rede\_gestores@yahoo.com.br

construção, os sujeitos políticos deste setor ainda estão emergindo, identificando-se, criando alteridades políticas, formando-se, ocupando seu lugar no cenário político. Ainda estão em discussão os papéis dos diferentes atores (empreendimentos e organizações representativas destes, entidades de apoio e de fomento, governos, etc.).

O debate da Rede de Gestores até aqui acumulado entende que há uma importante complementaridade de papéis entre estes diferentes atores, embora estas alteridades ainda estejam em negociação. O sujeito político que tem potencial de representação, formulação e legitimação social das demandas da economia solidária é uma ação e/ou organização coletiva dos empreendimentos populares solidários em constante presença pública. As entidades de apoio e de fomento têm um papel crucial no fortalecimento e na propulsão da entrada em cena deste sujeito político, bem como para contribuir na formulação das políticas públicas adequadas ao setor. Os governos democráticos têm a capacidade de abreviar o processo reconhecendo o sujeito político, criando espaços de participação e construindo programas de governo que atendam às demandas do setor e que abram caminho para institucionalizar as políticas públicas. O desafio está na agregação destes diferentes atores e papéis e na sua interlocução com outros atores e sujeitos políticos que componham as esferas públicas que discutam políticas para este segmento.

Consideramos que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária é um espaço adequado para aprofundar estes debates, bem como o Conselho Nacional de Economia Solidária assim como os Fóruns e Conselhos estaduais e municipais.

### **Estratégias Prioritárias para a construção, consolidação e sustentabilidade da política pública de economia solidária nos Municípios e Estados na relação com o Governo Federal:**

Nos últimos anos foram impulsionadas muitas iniciativas de fomento à economia solidária nas três esferas da federação. Ainda há muito que avançar e a Rede de Gestores percebe algumas oportunidades que podem ajudar. Certamente não são todas as estratégias necessárias, mas são ações consideradas importantes para avançar no próximo período:

- Fortalecimento do território como referência para implantação de Políticas Públicas de Economia Solidária;
- Apoiar a implantação de sistemas públicos integrados entre os entes da federação de gestão das políticas, em especial à de trabalho, emprego e renda e desenvolvimento social, fortalecendo e integrando a economia solidária;
- Participação dos atores da Economia Solidária na gestão e no exercício das Políticas de Assistência Social e de Trabalho;

Secretaria Executiva

Av. Luis Viana Filho, 2ª Avenida, 200 - 1º andar/ SL COFD/ 41745-003 Salvador/BA

Tel: (71) 9 8264-0780 / (71) 9 8349-0341 - e-mail: rede\_gestores@yahoo.com.br

- Manutenção do Sistema de Informação sobre a ECOSOL;
- Avançar na criação de Marcos Legal (Municípios, Estados e Governo Federal) com vistas à institucionalização da Política Pública de Economia Solidária e o seu reconhecimento, e de fundos de financiamento;
- Avançar no aperfeiçoamento e/ou criação de linhas de crédito e investimento adequadas às demandas da economia solidária;
- Avançar na democratização do acesso dos trabalhadores em Economia Solidária nas compras públicas;
- Formação de servidores, gestores e organizações sociais em Economia Solidária;
- Criação e/ou fortalecimento de órgãos de fomento à de economia solidária na estrutura administrativa governamental;
- Fortalecer e/ou criar espaços públicos democráticos de participação e controle social da Política Pública da Economia Solidária (Fóruns, conferências e conselhos), sensibilizando os atores quanto à importância da manutenção dessas políticas para a consolidação da Economia Solidária e fortalecendo a concepção desta política como direitos do cidadão;
- Ampliar a articulação com os movimentos sociais;
- Avançar na institucionalização, com controle social, integração disponibilização de instrumentos e equipamentos apropriados para os empreendimentos econômicos solidários, incluindo a ativos/meios de produção, crédito, assessoria técnica, incubação e estratégias de comercialização, logística para transporte e armazenagem, bem como de ciência, tecnologia e inovação entre outros;
- Fomentar a criação de redes de cooperação e cadeias produtivas solidárias e apoiar a organização social e política dos atores e autores da Economia Solidária;

Além destas contribuições, a Rede destaca os seguintes elementos presentes nas diretrizes da III Conferência Nacional de Economia Solidária:

- Difundir conhecimentos sobre as políticas públicas existentes, para sensibilizar as gestões públicas a criar setores municipais e estaduais que assessorem e colaborem com as iniciativas dos empreendimentos produtivos;

Secretaria Executiva

Av. Luis Viana Filho, 2ª Avenida, 200 - 1º andar/ SL COFD/ 41745-003 Salvador/BA

Tel: (71) 9 8264-0780 / (71) 9 8349-0341 - e-mail: rede\_gestores@yahoo.com.br



- Buscar a organicidade da Política Pública da Economia Solidária através da criação do sistema de economia solidária no âmbito Municipal, Estadual e Federal;
- Fomentar a construção e consolidação dos planos de Economia Solidária e que os poderes federal, estadual e municipal incluam recursos orçamentários e financeiros para estruturar de forma permanente um sistema de apoio às ações efetivas de Economia Solidária;
- Garantir a articulação entre as políticas públicas (educação, meio ambiente, assistência social, cultura, trabalho, saúde, renda, entre outras) para evitar a sobreposição de ações, considerando a sustentabilidade como novo paradigma, em sua capacidade de assegurar direitos básicos de cidadania.

Estas são as diretrizes já sistematizadas pela Rede de Gestores e que constituem as bases do trabalho que é feito para sensibilizar, capacitar, aprofundar, aperfeiçoar, ampliar e consolidar o trabalho que já vem sendo feito pelos gestores públicos ou que pode vir a ser feito por outras administrações públicas que ainda não atuam neste segmento. Naturalmente são sínteses provisórias que devem ser aperfeiçoadas constantemente na interação dos atores na construção da economia solidária no Brasil.

Secretaria Executiva

Av. Luis Viana Filho, 2ª Avenida, 200 - 1º andar/ SL COFD/ 41745-003 Salvador/BA  
Tel: (71) 9 8264-0780 / (71) 9 8349-0341 - e-mail: rede\_gestores@yahoo.com.br